

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008636-93.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **Cristiano Junior Rosa**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

**CRISTIANO JUNIOR ROSA** ajuizou ação contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, pedindo a concessão de benefício acidentário, haja vista a incapacidade funcional decorrente do acidente de trabalho que sofreu no dia 05 de abril de 2016.

Indeferiu-se a tutela de urgência.

O réu foi citado e contestou o pedido, aduzindo a inexistência de incapacidade laborativa residual apta a justificar a concessão do benefício acidentário.

Manifestou-se o autor.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo aos autos o respectivo laudo, sobre o qual as partes se manifestaram.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

Subsiste controvérsia apenas quanto à incapacidade laborativa do autor, o que enseja a produção de prova pericial, razão pela qual é dispensável designar audiência instrutória.

O laudo pericial concluiu que *"o nexo causal é procedente quanto ao acidente de trabalho ocorrido em 05/04/16 (CAT fls. 24), contudo, o quadro traumático relativo à fratura de rádio distal à esquerda (segmento não dominante), após tratamento cirúrgico devidamente instituído, confere ao autor sequela funcional grau leve que não reduz ou compromete sua capacidade funcional à continuidade da atividade laborativa exercida à época do trauma - isto é, carpinteiro. O caso em tela não se enquadra em Invalidez"* (fl. 166).

**P O D E R   J U D I C I Á R I O****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Tal conclusão está em consonância com a decisão proferida pelo INSS, que negou a prorrogação do benefício por não ter sido constatada a incapacidade do autor para o seu trabalho ou sua atividade habitual (fl. 26).

É compreensível a insatisfação do autor com a conclusão pericial, a qual é acolhida à falta de elementos de convicção capazes de infirmá-la.

Assim, diante da inexistência da incapacidade laborativa, deve ser rejeitado o pedido de concessão da aposentadoria por invalidez acidentária. E nem se diga ser o caso de concessão do auxílio-acidente em razão da constatação de lesão de natureza leve, pois tal benefício somente é devido quando a sequela implicar redução da capacidade do segurado para o trabalho que habitualmente exercia, o que não ocorre no presente feito.

Diante do exposto, **rejeito o pedido.**

Sem custas.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de junho de 2018.

**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**